

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.458.448 - SP (2019/0055415-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**  
**AGRAVANTE** : **C A D E O M F**  
**ADVOGADO** : **MARCOS CÉSAR DA SILVA - SP163068**  
**AGRAVADO** : **C E D E F B F D E C**  
**ADVOGADO** : **MÔNICA NEVES TARTALIA E SILVA E OUTRO(S) - SP288029**

**DECISÃO**

1. Cuida-se de agravo interposto por CAdeOMF contra decisão que não admitiu o seu recurso especial, por sua vez manejado em face de acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim ementado:

Incidente de falsidade tirado de reconhecimento e dissolução de união estável - Procedência - Adequação. Confissão de dívida celebrada entre o suscitado e sua parente. Informação do cartório no sentido de que a firma da credora foi reconhecida após propositura da demanda principal. Falta de indício da efetiva tomada do empréstimo, dentre outras irregularidades. Recurso improvido (fl. 104).

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, aponta o recorrente ofensa ao disposto no art. 489, § 1º, IV, do CPC.

Contrarrazões ao recurso especial às fls. 143-153.

É o relatório. Decido.

2. A irresignação não prospera.

Não há violação ao art. 489, § 1º, IV, do CPC quando a Corte de origem aprecia a questão de maneira fundamentada, apenas não adotando a tese do recorrente.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. ROMPIMENTO DE CABOS DE FIBRA ÓPTICA. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ARTIGO 489, § 1º, INCISO IV, DO CPC DE 2015. ACÓRDÃO RECORRIDO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. "Se os fundamentos do acórdão recorrido não se mostram suficientes ou corretos na opinião do recorrente, não quer dizer que eles não existam. Não se pode confundir ausência de motivação com fundamentação contrária aos interesses da parte, como ocorreu na espécie. Violação do art. 489, § 1º, do CPC/2015 não configurada" (AgInt no REsp

# *Superior Tribunal de Justiça*

1.584.831/CE, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 14/6/2016, DJe 21/6/2016).

2. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1401383/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 24/06/2019, DJe 27/06/2019).

3. Ante o exposto, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

Ministro Luis Felipe Salomão

Relator